

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

## **PLENÁRIA FINAL DO III FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL E INSERÇÃO SOCIAL.**

***III FNEPIS - Edição Internacional com o tema: *Do cárcere para o mundo: novos olhares da interculturalidade e intersectorialidade.****

Entre os dias 08 e 11 de julho em Salvador/BA no Hotel Real Classic realizamos um Colóquio de Educação no Sistema Socioeducativo, Conferências e seis mesas redondas com pessoas do Brasil e exterior, e acolhemos comunicações em seis eixos temáticos, em atividades presencial e on-line. Com foco em apresentação de pesquisas acadêmicas, mas principalmente em conhecer e discutir propostas e estratégias de intervenção em políticas públicas. O evento foi híbrido.

Participaram do III FNEPIS professores do sistema penal e socioeducativo, técnicos de saúde e administração em prisões, policiais penais, sobreviventes do cárcere, técnicos de educação, profissionais da justiça, juíza, desembargadora, promotores do ministério público, procuradores de justiça, professores universitários, educadores sociais e defensores de direitos humanos do Brasil e exterior.

Tivemos duas Conferências, na Abertura e Encerramento, com Dra. Baz Dreisinger e Dr. Raúl Escobar Maturana, vinte e três palestrantes nas seis mesas redondas, apresentação de cerca de quarenta e quatro comunicações nos seis eixos. A entrega o Selo *In memoriam* Professor Roberto da Silva por sua esposa a pessoas que se destacam na luta por educação nas prisões.

As mesas redondas e eixos abordaram:

Educação: Gestão, Interculturalidade, Intersectorialidade, Diversidade e Cidadania.

Educação: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Educação: Formação no Sistema Penitenciário e no Socioeducativo

Inserção Social: Atuação das Instituições de Ensino Superior, Técnicas e Órgãos Públicos no Sistema Penitenciário e Socioeducativo

Inserção Social: Mudanças de “coisas inconstitucional nas prisões brasileiras” e na aplicação da pena

Inserção Social: Modalidades de Alternativas Penais e Socialização

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

Todas as atividades foram gravadas no Canal do Youtube do III FNEPIS: @iiifnepis. E também podem ser acessadas no Instagram: fnepisnacionaloficial, fnepisbahia e fnepispb.

**Durante as atividades destacamos:**

**Propostas em prol de aperfeiçoamento das políticas públicas em Educação para pessoas em restrição e privação de liberdade:**

- ✓ Contemplar a Modalidade de Educação para Privados de Liberdade no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais de Educação, especificando 1 (um) capítulo, dedicando-o exclusivamente a Educação dos Espaços de Privação de Liberdade, deixando expreso a garantia dos direitos funcionais de todos os profissionais, e fornecendo condições à garantia da construção do PPP de cada Unidade Escolar que atende PPL.
- ✓ Criar um Documento de Referências para a Política Nacional de Educação PPL, junto ao Conselho Nacional de Educação – MEC, para implementar, acompanhar e monitorar a Diretriz Operacional da Educação de Pessoas Privadas de Liberdade, na modalidade escolar de EJA, na educação profissional, superior e formal, através de Grupos de Trabalho na União, Estados, Território, Municípios, a Sociedade Civil e os Movimentos Sociais, que desenvolvem atividades nacionais e regionais em prol da reabilitação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade.
- ✓ Estimular a construção de metodologias específicas preferencialmente que valorizem a cultura local/regional no processo de Alfabetização e no combate ao analfabetismo funcional em cada estabelecimento penal, considerando acrescentar ao currículo integrado a mediação para o letramento e numeração, mediação cultural e mediação da corporeidade em colaboração com IES, OSC e outros entes da União, estados e municípios.
- ✓ Desenvolver pesquisas permanentes para analisar o diagnóstico do perfil dos estudantes de cada estabelecimento penal, considerando que existe grande individualmente as dificuldades cognitivas, o nível certo da escolaridade, e

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

mobilidade nas unidades do sistema penal e é fundamental avaliar individualmente as dificuldades cognitivas, o nível certo da escolaridade, e não se basear apenas em auto declarações, para incluir o PPL nos processos pedagógicos, aprimorar as metodologias e processos formativos com suas indicações de atividades, mais próximas ao desenvolvimento de suas habilidades específicas, inclusive culturais com apoio de IES, Sociedade Civil, Movimentos Sociais e outros entes federais e estaduais.

- ✓ Ampliar da carga horária das atividades de educação escolar nos espaços de restrição e privação de liberdade – nos períodos comuns de férias escolares, com exceção dos feriados, com substituição dos professores, já que os estudantes permanecem nos mesmos locais. Essa questão objetiva resolver o problema da carga horária de 200 dias e horas letivas exigidas pela LDB para certificação.
- ✓ Ofertar bolsa formação para todos os estudantes, independente da faixa etária e série escolar, além da remição, para que não deixem de estudar por causa das atividades de trabalho interno e externo.
- ✓ Garantir formação inicial e continuada para professores que trabalham nas prisões, vislumbrando a humanização das práticas pedagógicas.
- ✓ Garantir recursos e material didático e escolar disponibilizado aos profissionais para as atividades nas prisões.
- ✓ Incentivar a integração de todos os profissionais das prisões e de outros grupos sociais externos na formação profissional das pessoas em restrição e privação de liberdade.
- ✓ Implementar diálogo interfederativo e intersetorial entre Ministério da Justiça e Segurança Pública, MEC, e outro entes federativos, Secretarias de Educação, Sistema Penitenciário, Saúde, Assistência Social, Cultura, Meio Ambiente, Sociedade Civil, Movimentos Sociais, através de Grupos de Trabalho para avaliar, indicar e monitorar os espaços de cada Estabelecimento Penal nos Estados e Distrito Federal que serão adequados

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

ampliados e construídos para atender o Direito Universal de todos os PPL estudarem.

- ✓ Incluir nas normas e orientações para Construção, Ampliação e Reformas do Estabelecimentos Penais, sob a gestão do MJSP e MEC em colaboração entre a União, estados e território, para a construção e ampliação de escolas específicas para o EJA/PPL, cursos profissionais, acadêmicos, com parâmetros básicos de infraestrutura e acessibilidade que contemplem: salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, oficinas para cursos, espaços administrativos, cozinhas, dispensas e depósitos.
- ✓ Desenvolver pesquisas e diálogos diferenciados com mulheres e população LGBTQIAPN+ para analisar perfil e necessidades específicas em saúde e cumprimento de direitos, além dos diagnósticos de perfil estudantil.
- ✓ Realizar concurso público específico para professores, bibliotecários, e profissionais administrativos para as unidades escolares em prisões nos estados, municípios e território, avaliando também conhecimentos específicos sobre temas transversais e o perfil do candidato, possibilitando remoções de profissionais efetivos de outros estabelecimentos educacionais que possuem especialização na temática educação PPL e diminuir gradativamente a contratação em título precário.
- ✓ Prover a qualificação dos profissionais da educação PPL para trabalharem no ambiente prisional por meio de formação inicial em universidades, continuada e em exercício, de qualidade, contemplando todos os regimes de cumprimento da pena, considerando a formação dos profissionais antes de iniciarem as atividades nos estabelecimentos penais, com orientações operacionais sobre situações específicas que podem vivenciar durante o trabalho, inclusive gerenciamento de conflitos e que enfoquem a prevenção a problemas de saúde gerados por insalubridade dos estabelecimentos penais, e as dificuldades de acesso motivadas por questões da segurança.
- ✓ Estabelecer convênios entre Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Educação, Secretarias de Administração Prisional (e afins) e

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

Secretarias de Educação com Instituições de Ensino Superior para oferta de cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu) que os especializem em Educação para Privados de Liberdade, implementando incentivo financeiro para formação contínua, incluindo formação específica em Direitos Humanos, Temas Transversais, Círculos da Paz, e outros temas, para Gestores de Unidades Prisionais, Gestores de Unidades Certificadoras, Educadores e Profissionais que atuam na EJA PPL, e Polícias Penais que assistem a educação nas unidades de privação de liberdade, em colaboração com IES, MJSP, e Escolas Penitenciárias dos Estados.

- ✓ Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, Instituições de Saúde, Organizações da Sociedade Civil e outras para a garantia da oferta e acompanhamento de cuidado à saúde mental dos profissionais da educação em prisões, articulando e promovendo cursos de prevenção às doenças mentais provenientes da atuação em ambientes prisionais.
- ✓ Incentivar a criação / ou fortalecimento das coordenações de educação PPL nas secretarias estaduais de educação e que estas tenham atribuições de realizar colaborações com IES, OSC e secretarias penitenciárias para colaborarem com programas de formação inicial e continuado de profissionais da educação PPL, colaboração com professores para as Escolas Técnicas – Profissionais nos estabelecimentos penais, com projetos e pesquisas desenvolvidas junto com os privados de liberdade. Imediatamente após a aprovação do PNE.
- ✓ Incluir nas atribuições das coordenações de educação PPL a busca de documentos pessoais imediatamente após a matrícula dos alunos para confecção de posteriores certificações, considerando que o aluno possa sair do estabelecimento penal inclusive com indicação de escola externa para continuar o processo de formação.
- ✓ Desenvolver colaboração com IES e IFS próximas aos estabelecimentos penais considerando a colaboração para oferta de cursos presenciais de ensino superior nos espaços físicos das escolas dos estabelecimentos penais.

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

- ✓ Assegurar o auxílio permanência ao aluno egresso da prisão para a continuidade dos estudos em curso técnicos e de graduação.
- ✓ Construir Polos de Educação à Distância em Unidades Penais em colaboração entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, MEC, Secretaria de Educação, de Administração Penitenciárias e outros entes interfederativos e intersetoriais, considerando a oferta de inclusão digital para todos, instrumentalizando os PPL para a vida após a detenção, com formações profissionais de tecnólogos e cursos superiores.
- ✓ Implementar cursos superiores, de tecnólogos e profissionais na modalidade EAD em colaboração entre as Secretarias de Educação e de Administração Penitenciária com as IES, IFS, Sistema S e outras Escolas Profissionais.
- ✓ Criar de cursos preparatórios híbridos para o Exame Nacional de Certificação de Competências – ENCCEJA e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM/PPL, tendo como instrumentos de apoio aulas virtuais.

**Atividades de Educação Holística objetivando o desenvolvimento emocional, cultural e social do sujeito**

- ✓ Incluir o orientador de profissões, entre os profissionais das escolas em prisões considerando que cerca de 50% deles desconhecem suas habilidades profissionais e as oportunidades de trabalho regional.
- ✓ Incluir psicólogos e assistentes sociais entre os profissionais das escolas nas prisões, para realizarem diagnósticos que auxiliem os alunos a superarem suas dificuldades em saúde mental e assistenciais que prejudicam seus aprendizados, com apoio de recursos do Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde nos Estados, Municípios e Território.
- ✓ Incluir profissionais para organização de Grupos reflexivos nas unidades prisionais com homens que cometerem violência doméstica para compreenderem a dimensão social da Lei Maria da Penha e outras legislações sobre violência que eram culturalmente normalizadas.

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

- ✓ Incluir as atividades não escolares nos estabelecimentos penais nos processos pedagógicos com atuação de professores efetivos PPL, Bibliotecários e outros profissionais, destinando 25% da carga horária aos projetos, em parcerias com as IES para encaminhar estagiários, considerando tais atividades sociais educativas (leitura, esporte, cultura) como complementares à educação formal e que, de igual forma, garanta a remição de pena ao Indivíduo Privado de Liberdade.
- ✓ Fomentar ações dentro dos estabelecimentos penais que integrem os diferentes setores de forma a potencializar a visão sistêmica e que contribua para melhoria do desenvolvimento educacional, considerando os Círculos da Paz da Justiça Restaurativa e os grupos reflexivos como atividades integralizadoras com todos os profissionais.
- ✓ Promover programa de fomento diferenciado através dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e Educação, e outros com execução pelas Secretarias de Administração Penitenciária e Secretarias de Estado da Educação para construção e instrumentalização dos espaços destinados à Escolas dentro do sistema penitenciário, com a criação de espaços destinados a laboratórios, oficinas e galpões para cursos de formação profissional presencial e EAD, cursos técnicos presenciais e EAD, formações acadêmicas, presencial e EAD, a ser utilizado por PPL. Considerando que os estudantes no sistema penitenciário são adultos e que possuem no histórico de vida necessidades em relação à educação, é importante integrar a educação formal ao ensino profissional de maneira a reintegrar o estudante ao sistema formal de educação e ao profissional, instrumentalizando o privado de liberdade para a busca de uma ocupação no mercado de trabalho quando posto em liberdade.
- ✓ Atender à educação de jovens, adultos e idosos PPL através da educação profissional com a oferta de cursos, considerando as especificidades de trabalho na sua região e suas habilidades despertadas e/ou constituídas, em diálogos nos estados, território e municípios, com a Sociedade Civil e



Julho de 2025 – Salvador, Bahia

Movimentos Sociais, Associações Rurais e Urbanas, colaborações do SEBRAE, Sistema S e Institutos Federais.

### **Atividades em Meio Ambiente e Sustentabilidade**

- ✓ Desenvolver cursos profissionais e atividades de educação ambiental nos estabelecimentos penais em colaboração interfederativa com os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, Educação, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, entes federais e as Secretarias Estaduais de Administração Penitenciárias, de Ciências e Tecnologia e Meio Ambiente, e outras afins, a Sociedade Civil e Movimentos Sociais, considerando as oportunidades de ações em prol de preservação ambiental que se abrem em cada região frente ao desequilíbrio ambiental e climático dos diferentes biomas que tem crescido no país, e a possibilidade de estágios externos dos PPL e trabalho remunerado, tornando suas penas úteis e integradas a sociedade e comunidade local.
- ✓ Incentivar a formação profissional em meio ambiente integrada a formação escolar desde a alfabetização, considerando a sustentabilidade dos estabelecimentos penais, a aplicação do conhecimento em melhorias na salubridade dos espaços prisionais, e a integração das práticas a vida após o encarceramento, benéficas a comunidade e sociedade.
- ✓ Implantar nos estados e municípios o Projeto Raízes da Liberdade: Restauração e Reintegração. O projeto “Raízes da Liberdade” propõe a execução de ações integradas de restauração ecológica, educação ambiental e reinserção social de pessoas privadas de liberdade (PPL), com foco na recuperação de áreas degradadas dos biomas brasileiros. A iniciativa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e à Década da Restauração da ONU (Organização das Nações Unidas). Além disso, visa fomentar a inclusão social, a preservação ambiental e o combate às desigualdades, gerando impacto positivo tanto na natureza. Desenvolver Oficinas de Educação Ambiental e Cultura Ecológica dentro e fora do Cárcere. A proposta visa a realização de oficinas educativas voltadas



Julho de 2025 – Salvador, Bahia

a pessoas em regime fechado, semiaberto e aberto, com foco na educação quanto nas comunidades envolvidas, por meio da geração de renda verde e da promoção da justiça socioambiental.

- ✓ Desenvolver Oficinas de Educação Ambiental e Cultura Ecológica dentro e fora do Cárcere. A proposta visa a realização de oficinas educativas voltadas a pessoas em regime fechado, semiaberto e aberto, com foco na educação ambiental crítica e na construção de uma cultura ecológica no espaço prisional, integrando também a comunidade externa, como os egressos. Com abordagens de temas como história da agricultura, ecologia dos biomas, serviços ecossistêmicos, agroecologia, economia circular, justiça climática, soberania alimentar, sustentabilidade e saberes tradicionais. A metodologia será participativa, transdisciplinar e emancipatória, promovendo pertencimento ecológico, fortalecimento da autoestima, pensamento colaborativo e novas possibilidades de atuação no pós-cárcere. A proposta dialoga diretamente com as estratégias lançadas na Conferência Nacional de Educação (CONAE), especialmente aquelas que tratam da valorização dos territórios educativos e da inclusão das pautas ambientais nos currículos prisionais.
- ✓ Realizar formação e capacitação profissional para PPLs e Egressos. Esta proposta objetiva realizar trilhas formativas integradas entre a educação de jovens e adultos (EJA) e a formação técnico-profissional, com foco nas chamadas “profissões verdes”, além da geração de autonomia a partir da capacitação de líderes comunitários. A iniciativa busca preparar PPLs e sujeitos egressos do sistema prisional para atuarem em diversas áreas ambientais, como restauração ecológica, compostagem orgânica, sistemas agroflorestais, hortas orgânicas, agroecologia, gestão de resíduos, monitoramento ambiental e educação ambiental. Para além das competências técnicas, a proposta valoriza a educação ambiental e os direitos humanos como eixos fundamentais e formativos. Prevê parcerias estratégicas e colaborativas com universidades públicas, institutos federais,

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

estratégias e cooperativas, movimentos sociais, e afins, em conjunto com a Estratégia 5.9 da CONAE e com o Decreto nº9.450/2018 (PNAT).

**Moções:**

Durante esses dias reavaliamos as Estratégias e Propostas aprovadas na CONAE em janeiro de 2024, apresentadas pelas equipes do FNEPIS nos Estados e construímos Moções específicas com valorização daquelas estratégias e incluímos outras que foram lidas e aprovadas na Plenária Final do III FNEPIS junto com as propostas e estratégias apresentadas no evento.

São elas:

**REQUERIMENTOS :**

1. QUE A EDUCAÇÃO PARA PRIVADOS DE LIBERDADE SEJA INCLUIDA COMO MODALIDADE DE EDUCAÇÃO NA LDB.
2. O RECONHECIMENTO E INVESTIMENTO DO ESTADO NA ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.
3. ARTICULAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE CIVIL EM CAMPANHAS EM PROL DA PAZ E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA SOCIAL
4. APOIO PARA À INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM SISTEMA PENAL E UNIDADES DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVO.
5. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NO SISTEMA PENAL E UNIDADES DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVO.
6. PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA PENAL E UNIDADES DE INTERNAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO NOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA
7. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA NOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO.
8. REQUER ADICIONAL POR LOCAL DE TRABALHO (PERICULOSIDADE) AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ÁREAS AFINS DO SISTEMA PENAL E DE INTERNAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO.

Julho de 2025 – Salvador, Bahia

9. INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA.
10. APOIO À IMPLANTAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS DAS PRISÕES BRASILEIRAS.
11. CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL VOLTADA AO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO.
12. REQUER A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO CONTRA FILHOS DE PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NOS AMBIENTES ESCOLARES

Após a apresentação da síntese das atividades na Plenária e das Moções, e acolher propostas dos participantes, a Ata foi aprovada e assinada por todos os presentes.